

Polícia começa a dissolver o comício

24 ABR 1981

Sarney admite antecipar definição das reformas

Das sucursais

O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem em Brasília que seu partido poderá antecipar os estudos para a reforma eleitoral, cuja conclusão está prevista para agosto, mas criticou a pressa das oposições, que pretendem que o partido oficial e o governo assumam a responsabilidade de decisões antes de completar o processo de consultas que se realizam entre os políticos situacionistas.

Sarney respondeu diretamente, dessa forma, às críticas feitas ontem pelo senador Tancredo Neves, presidente do PP, segundo o qual, independentemente da formação de um projeto e de seu envio ao Congresso, o governo precisa definir-se quanto às questões fundamentais como sublegenda, voto distrital, coligações, vinculação de votos e outras, pois a legislação não é privativa de seu partido, mas diz respeito a todos eles.

O presidente do PDS sustentou ser inaceitável que a oposição pretenda extrair decisões precipitadas do governo, vindas de cima para baixo: "Ela deve reconhecer que o PDS está montando um projeto eleitoral, e isso não pode ser feito num passe de mágica". Lembrou, ainda, que no final de junho o partido terá sua posição fixada e esta deverá ser a posição do governo, "pois é assim que funciona o relacionamento do governo com seu partido numa fase marcada pelas aberturas políticas".

O presidente do PDS informou que os dados obtidos em suas viagens aos

Estados foram levados ao presidente da República e estão sendo analisados em todas as suas implicações. Mas negou a existência de um "Relatório Sarney", insistindo em que as observações colhidas destinam-se ao uso interno do partido, "ficando as especulações por responsabilidade de quem as faz".

Sarney voltou a considerar a prorrogação dos mandatos de deputados e senadores "uma aberração, um retrocesso político que se confunde frontalmente com o projeto de aberturas políticas colocado em andamento pelo presidente da República", e afirmou que se sentiria satisfeito se o tema fosse esquecido.

No Rio, a comissão do PDS fluminense que apresentará sugestões a Sarney para a reforma eleitoral deverá manifestar-se contra a extensão da sublegenda para a eleição de governador e também contra as coligações. A informação foi dada ontem pelo relator da comissão, ex-deputado Luiz Braz. Ainda segundo ele, o grupo entende "que o partido não deve apoiar o voto de legenda, e a tendência é sugerir que o voto majoritário venha a ser adotado já em 82. Também a questão do voto distrital misto foi estudada e a idéia é indicá-lo para as eleições de 86".

A comissão é integrada pelos deputados Célio Borja (presidente) e Heródoto Bento de Melo; vice-governador Hamilton Xavier e procurador do PDS no TSE; Fernando Abelheira. O relatório final será entregue ao presidente do PDS-RJ nos próximos 15 dias.